

A PERCEÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO CAPELINHA E A SUA IMPLICAÇÃO NA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA

Priscila Silva Oliveira, Helder Macedo de Held & Kátia Regina Coutinho

Estudos sobre a percepção ambiental são importantes para que se possa compreender as inter-relações entre homem – meio, permitindo assim estratégias de enfrentamento das problemáticas ambientais condizentes com a complexidade característica das mesmas.

É nesse sentido que se inserem as discussões atuais sobre revisão e reformulação das estratégias de preservação e conservação da diversidade biológica. A agenda 21, por exemplo, é um documento-marco desta tentativa de descrever, de forma mais abrangente, políticas públicas necessárias para tal empreendimento incluindo também bem-estar, superação da pobreza e das desigualdades. Trata-se, portanto, de uma resposta aos modelos conservacionistas, determinantes de iniquidades, exclusão e outros impactos sócio-ambientais. A partir de então consagrou-se o uso do termo *sustentabilidade*, refletindo dessa maneira a preocupação com questões sócio-econômico- ambientais e a viabilidade de tais políticas.

“Atualmente existe um reconhecimento crescente de que o envolvimento da população local é o elemento principal que está faltando nas estratégias de manejo de conservação. Estratégias “de cima para baixo”, através das quais os governos tentam impor seus planos de conservação, precisam estar integradas a programas “de baixo para cima”, nos quais cidades e outros grupos locais sejam capazes de formular e alcançar seus próprios objetivos de desenvolvimento.” (PRIMACK & RODRIGUES, 2001).

Entretanto, percebe-se ainda práticas que dissociam o homem do meio, privilegiando modelos verticais de preservação ambiental, marginalizando a população local, não oferecendo sequer alternativas de sobrevivência. Ora, sabemos que *sustentabilidade* é a problemática central para qualquer programa de intervenção. As experiências têm mostrado que estratégias bem sucedidas são aquelas que alcançaram a população local dotando-a de poder de decisão e escolha, inclusive, tornando-a ‘parte’ e co-responsável para um bom andamento da gestão. Tais estratégias, além de considerarem a problemática ambiental de forma mais global, alcançam melhores resultados justamente por incluir a população em projetos de capacitação em educação ambiental, gestão participativa, além de possibilitar parcerias a fim de promover formas de geração de renda, diminuindo também os conflitos.

“O grande desafio é, entretanto, a efetiva implantação e a gestão participativa das unidades de conservação. (...) Grande parte das áreas (protegidas) só existem ‘no papel’, suas terras não estão regularizadas e demarcadas, e faltam recursos, equipamentos e funcionários para fiscaliza-las e administra-las. São altamente vulneráveis, e a ocupação desordenada do solo, promovida por atividades

agropecuárias e por desmatamento, transforma grande parte dos parques e reservas em verdadeiras 'ilhas', distanciadas dos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais em que se inserem.” (RIOS & IRIGARAY, 2005)

Este trabalho tem por objetivo apontar as percepções dos moradores do Bairro Capelinha, situado na zona rural do município de Cajati, inserido dentro dos limites do Parque Estadual do Jacupiranga, pretende-se compreender o impacto de suas expectativas e desassossegos na conservação do parque. O entendimento das situações que estes indivíduos atravessam pode possibilitar a busca por políticas públicas efetivas tanto para o desenvolvimento sustentável da região, quanto a preservação do meio ambiente e garantia da qualidade de vida para toda a população.

O Parque Estadual de Jacupiranga foi criado pelo Decreto-lei nº 145 de 08 de agosto de 1969. É a segunda maior Unidade de Conservação do Estado de São Paulo, com uma área total aproximada de 150.000 ha., abrigando grandes extensões de mata Atlântica e outros ecossistemas em seu interior. Abrange seis municípios do Vale do Ribeira: Barra do Turvo, Jacupiranga, Cajati, Cananéia, Eldorado e Iporanga.

Através do trabalho de campo, realizado durante as visitas de diagnóstico para desenvolvimento das atividades previstas pelo Projeto RONDON, percebeu-se uma maior necessidade de acompanhamento nas áreas rurais do município de Cajati, em que foi possível conhecer e estabelecer contato com a população do bairro Capelinha, bairro este considerado como “problemático” por estar inserido num contexto de grande vulnerabilidade social – devido, principalmente as limitações impostas as áreas de proteção ambiental.

O Projeto Rondon, mantido pelo Ministério da Defesa, tem como objetivo integrar estudantes com comunidades carentes, visando estimular o desenvolvimento das mesmas.

A equipe da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Assis visitou o município de Cajati, situado na região administrativa de Registro, Vale do Ribeira, uma das regiões mais pobres do Estado de São Paulo.

A Operação Vale do Ribeira foi realizada no período de 15 a 28 de julho, quando os universitários de diversas áreas conheceram as diferentes realidades dos municípios parceiros, ao mesmo tempo em que ofereceram ações pedagógicas à comunidade, desenvolvidas principalmente visando a cidadania e o bem-estar social. Além de integração, a proposta do projeto é formar multiplicadores e parcerias contribuindo assim para a sustentabilidade das ações desenvolvidas nos municípios.

Acompanhando os moradores da região realizamos um trabalho de escuta, além de observar as condições em que estes vivem. Através de entrevistas pudemos constatar que a

grande maioria da população local não dispõe de fonte de renda, ou quando muito, são trabalhadores temporários. A população é caracterizada por moradores fixos, anteriores à criação do parque, e também por moradores *temporários*, andarilhos em busca de melhores condições de vida.

O bairro possui condições sanitárias insipientes: não apresenta redes de esgotos ou fossas sépticas. Os dejetos são jogados diretamente nos rios, a coleta de lixo é semanal e toda a água utilizada vem diretamente da serra, sem nenhum tratamento, sendo conduzida por mangueiras de *PVC*. Estas mangueiras estão espalhadas por toda a zona rural do município sem qualquer tipo de proteção, estando sujeitas as *intempéries* e à curiosidade das crianças.

Foi por meio destas observações e também através dos relatos de seus moradores que foi possível constatar o quão marginalizada é a população local, sofrendo constantes pressões por parte de órgãos governamentais que *zela* pela conservação do parque. O impasse deve-se à impossibilidade da utilização dos recursos de origem natural, principalmente a terra, motivo pelo qual a população mais antiga tinha se estabelecido até então. Assim, sem a criação de condições mínimas de sobrevivência para aquela população, torna-se uma utopia a eco-manutenção da área.

No levantamento realizado com a população local ficou claro o entendimento que os mesmos apresentam em relação à importância do parque, assim como a existência de uma consciência de que a maneira como eles ali vivem não é adequado para a manutenção da área preservada.

Constatamos que a percepção ambiental e as relações da população do bairro Capelinha com o Parque Estadual de Jacupiranga exigem políticas públicas voltadas para a inclusão social e implementação de recursos que possibilitem o exercício pleno da cidadania.

Os moradores em todos os momentos enfatizaram a importância da existência de áreas de conservação, desde que não fossem destituídos de condições de sobrevivência. Conclui-se então, que não se trata de ausência de consciência ecológica, mas sim da necessidade de reordenação das fronteiras do parque bem como sua forma de gestão. Mais do que regulamentar a situação dos moradores da região é necessário incluí-los em programas de gestão participativa, propor alternativas de renda e educação compreensiva permanente.

“Se considerarmos que empowerment significa aumento de poder e autonomia de indivíduos e grupos sociais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social, podemos afirmar que a participação da comunidade na formulação e avaliação dos programas é central para que estes possam se tornar deflagradores do desenvolvimento e da transformação social.” (BECKER *et al*, 2004).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, D. *et al.* *Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde*. *Ciência e Saúde Coletiva*, 9(3):655-667, 2004.

PRIMACK, Richard B. & RODRIGUES, Efraim. *Biologia da Conservação*. Londrina: Editora Vida, 2001.

PROJETO Rondon. Ministério da Defesa, disponível em: < www.defesa.gov.br/rondon. Acesso em 03 de julho de 2006.

RIOS, A. V. V. & IRIGARAY, C. T. H.(org), *O Direito e o desenvolvimento Sustentável : Curso de Direito*. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.